



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**

PROCESSO Nº: 769210/20

ASSUNTO: HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES

ENTIDADE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

INTERESSADO: MUNICÍPIO DE ALTONIA, MUNICÍPIO DE ARAPONGAS, MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ, MUNICÍPIO DE IMBITUVA, MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, MUNICÍPIO DE MARIALVA, MUNICÍPIO DE PALMAS, MUNICÍPIO DE PALMEIRA, MUNICÍPIO DE PINHÃO, MUNICÍPIO DE PIRAÍ DO SUL, MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU, MUNICÍPIO DE RESERVA, MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, MUNICÍPIO DE SARANDI, MUNICÍPIO DE SIQUEIRA CAMPOS, MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

RELATOR: CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO

### **ACÓRDÃO Nº 284/21 - Tribunal Pleno**

Processo de Homologação de Recomendações. Relatórios de Auditoria. PAF 2020. Recomendações da CAUD. Pela homologação.

### **ACHADO 1 – DESATUALIZAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES GEOMÉTRICAS DAS PARCELAS TERRITORIAIS ADSTRITAS AO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO**

#### **Recomendação 1.1**

- Capacitar os servidores públicos municipais no tema de cadastro territorial e em Sistemas de Informações Geográficas (SIG – Ex: ArcGIS, QGIS), de modo a qualificá-los na adequada gestão da base cadastral municipal.

#### **Recomendação 1.2**

- Elaborar e disponibilizar em sítio eletrônico público na web (geoportal) a camada georreferenciada atualizada das parcelas territoriais inscritas ao perímetro urbano de modo a refletir o atual ordenamento urbano e jurídico dos imóveis do Município (deverá conter, no mínimo, os lotes, logradouros, áreas de preservação permanente e as áreas de ocupação irregulares).

#### **Recomendação 1.3**

- Implantar rotina para a atualização tempestiva do cadastro territorial das parcelas, quanto à representação geométrica georreferenciada e quanto à base de dados alfanuméricos (os imóveis cadastrados devem identificar, no mínimo, os proprietários - ou detentores de domínio útil ou possuidores -, o tipo de uso, a ocupação, a localização e as áreas dos lotes e das edificações).

#### **Recomendação 1.4**

- Implantar Sistema de Informações Geográficas (SIG – Ex: ArcGIS, QGIS) para a gestão da camada georreferenciada das parcelas territoriais adstritas ao perímetro urbano do Município.

### **ACHADO 2 – DESATUALIZAÇÃO DA BASE ALFANUMÉRICA DO CADASTRO TERRITORIAL MUNICIPAL**

#### **Recomendação 2.1**

- Capacitar os servidores públicos municipais no tema de cadastro territorial e em Sistemas de Informações Geográficas (SIG – Ex: ArcGIS, QGIS), de modo a qualificá-los na adequada gestão da base cadastral municipal.

#### **Recomendação 2.2**

- Implantar rotina para a atualização tempestiva do cadastro territorial das parcelas, quanto à representação geométrica georreferenciada e quanto à base de dados alfanuméricos (os imóveis cadastrados devem identificar, no mínimo, os proprietários - ou detentores de domínio útil ou possuidores -, o tipo de uso, a ocupação, a localização e as áreas dos lotes e das edificações).

#### **Recomendação 2.3**

- Promover a atualização cadastral dos imóveis inscritos ao perímetro urbano municipal de modo a identificar adequadamente – no mínimo - os proprietários (ou detentores de domínio útil ou possuidores), o tipo de uso, a ocupação, a localização e as áreas dos lotes e das edificações.

#### **Recomendação 2.4**

- Promover o lançamento de ITU ou IPTU daqueles imóveis cujos créditos tributários não foram adequadamente constituídos, exceto se caracterizada a atividade rural (incidência de ITR), respeitando-se o período decadencial.

### **ACHADO 3 – DEFASAGEM ENTRE OS VALORES VENAIIS BASE PARA O LANÇAMENTO DO IPTU E OS VALORES VENAIIS DE MERCADO DOS IMÓVEIS URBANOS DO MUNICÍPIO**

#### **Recomendação 3.2**

- Criar e manter atualizada base de dados para a coleta e a análise dos valores de mercado dos imóveis urbanos do Município - anúncios de venda, lançamentos de ITBI etc. - de modo a subsidiar as atualizações da Planta Genérica de Valores (PGV) ao longo dos anos.

#### **Recomendação 3.3**

- Realizar estudo técnico estatístico com a nova estimativa de valores venais para os imóveis localizados no perímetro urbano municipal como base para a elaboração da nova PGV.

#### **Recomendação 3.5**

- Atualizar a legislação que regulamenta a Planta Genérica de Valores (PGV) - com base em estudo técnico estatístico de dados de mercado - de modo que os valores

venais dos imóveis urbanos do município retratados pelo instrumento sejam compatíveis com os valores que os imóveis alcançariam em operações de compra e venda à vista, em condições normais do mercado imobiliário.

## **ACHADO 5 – COBRANÇA ADMINISTRATIVA INADEQUADA DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

### **Recomendação 5.5**

- Regularizar e implantar, por instrumento legal ou infralegal, procedimento de cobrança extrajudicial dos créditos tributários que abranja, no mínimo, os seguintes pontos: atribuições e responsabilidades, fluxo do processo de trabalho, prazos máximos para cada atividade e monitoramento periódico da Unidade de Controle Interno. O novo procedimento deve ser implantado de modo que as iniciativas de cobrança extrajudicial ocorram ao menos até o fim do exercício seguinte ao não pagamento do tributo.

### **Recomendação 5.6**

- Regularizar e implantar, por instrumento legal ou infralegal, rotina de remessa para protesto da Certidão de Dívida Ativa (CDA) de todos os créditos tributários vencidos ao menos até o fim do exercício seguinte ao vencimento.

## **ACHADO 6 – COBRANÇA JUDICIAL INADEQUADA DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

### **Recomendação 6.6**

- Regularizar e implantar, por instrumento legal ou infralegal, procedimento de cobrança judicial dos créditos tributários que abranja, no mínimo, os seguintes pontos: atribuições e responsabilidades, fluxo do processo de trabalho, prazos máximos para cada atividade e monitoramento periódico da Unidade de Controle Interno. O novo procedimento deve ser implantado de modo que: a) o setor tributário e a procuradoria acompanhem, em conjunto, os créditos exigíveis para a inscrição em dívida ativa e a sua posterior execução fiscal antes de findo o prazo prescricional; b) sejam adotadas diligências, previamente à cobrança judicial, para a localização do devedor; c) seja verificada a ocorrência de pagamento, prescrição, anistia, suspensão de exigibilidade ou vícios administrativos relacionados aos créditos; d) seja verificada a existência de patrimônio suficiente do devedor; e) seja verificada a possibilidade de reunião das dívidas em uma única execução; e, f) seja verificado o valor mínimo previsto pelo município para o ajuizamento de execução fiscal.

### **Recomendação 6.7**

- Regularizar e implantar, por instrumento legal, valor mínimo para o ajuizamento de execuções fiscais.

## **ACHADO 7 – PROCEDIMENTO INADEQUADO PARA O CANCELAMENTO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.**

### **Recomendação 7.3**

- Implantar, no sistema informatizado tributário, a função do duplo grau de revisão nos processos de cancelamento ou de baixa de créditos tributários de modo que a efetivação do ato envolva, ao menos, dois diferentes servidores públicos municipais, sendo um deles a autoridade administrativa competente.

#### **Recomendação 7.4**

- Para os próximos cancelamentos de créditos tributários, descrever no sistema tributário municipal detalhadamente o motivo, referenciando a documentação que embasa o cancelamento.

#### **Recomendação 7.5**

- Regular e implantar, por instrumento legal ou infralegal, procedimento de cancelamento de créditos tributários que abranja, no mínimo, os seguintes pontos: atribuições e responsabilidades, fluxo do processo de trabalho, prazos máximos para cada atividade e monitoramento periódico da Unidade de Controle Interno. O novo procedimento deve ser implantado de modo que: a) haja um procedimento administrativo específico (físico ou digital) para cada baixa; b) haja deferimento formal e motivado do procedimento administrativo por parte de autoridade administrativa competente; c) haja o envolvimento, no procedimento administrativo, de ao menos 2 (dois) servidores; e, d) a baixa no sistema informatizado seja realizada exclusivamente por servidor com competência legal para praticar tal ato.

#### **Recomendação 7.6**

- Regular e implantar, por instrumento legal ou infralegal, rotina de auditoria no âmbito do controle interno para – de maneira amostral - validar atos de cancelamento e baixas de tributos.

### **ACHADO 8 – INCONFORMIDADES NAS CONCESSÕES DE ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS DE IPTU PARA PESSOAS JURÍDICAS.**

#### **Recomendação 8.1**

- Cessar o benefício de isenções irregulares e efetuar os respectivos lançamentos de impostos retroativos, respeitando-se o prazo decadencial.

#### **Recomendação 8.2**

- Regular e implantar, por instrumento legal ou infralegal, procedimento para a concessão de isenções de caráter não geral que abranja, no mínimo, os seguintes pontos: atribuições e responsabilidades, fluxo do processo de trabalho, prazos máximos para cada atividade e monitoramento periódico da Unidade de Controle Interno. O novo procedimento deve ser implantado de modo que: a) se analise o enquadramento dos beneficiários às condições previstas em lei; b) a concessão seja fundamentada em documentação apta a comprovar a situação; c) que o ato concessório apresente decisão motivada por parte da autoridade administrativa competente; e, d) haja a obrigatoriedade de revisão periódica anual para verificar se os beneficiários mantêm as condições previstas em lei.